



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei Complementar nº 426/12

Altera a redação do art. 1º da Lei Complementar nº 81, de 1998, inserindo o Município de Arapongas entre os que compõem a Região Metropolitana de Londrina.

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, alterada pelas Leis Complementares nº 86, de 10 de julho de 2000, nº 91, de 6 de junho de 2002, nº 129, de 14 de julho de 2012 e nº 144, de 5 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída, na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos Municípios de Londrina, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Sertãoópolis, Tamarana, Primeiro de Maio, Alvorada do Sul, Assaí, Sabáudia, Jaguapitã, Pitangueiras, Florestópolis, Porecatu e Arapongas, bem como por outros municípios criados em áreas territoriais por eles desmembradas.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2013.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator



ANTEPROJETO DE LEI 120/2013

Súmula: Dispõe sobre a concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS de estabelecimento do setor de combustíveis.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no CAD/ICMS de estabelecimento fabricante, importador ou distribuidor de combustíveis líquidos ou gasosos, derivados ou não de petróleo, inclusive de solventes, de nafta ou de outro produto apto a produzir ou a formular combustível, de transportador revendedor retalhista, de posto revendedor varejista de combustíveis ou de empresa comercializadora de etanol, como tal definidos e autorizados por órgão federal competente, ficam sujeitos, além das demais disposições legais, ao disposto nesta Lei.

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se estabelecimento fabricante a refinaria de petróleo e suas bases, o produtor de gás, a central petroquímica, o formulador, o rerrefinador, a usina de açúcar e etanol e a usina de biodiesel.

§ 2º Submetem-se ainda ao disposto nesta Lei, no que couber:

I - os armazéns gerais ou os depósitos de qualquer natureza que prestem serviço ou cedam espaço, a qualquer título, para os contribuintes a que se refere este artigo;

II - as usinas ou as destilarias aptas a produzir açúcar ou etanol, independentemente da destinação dada a esse último produto;

III - qualquer outro agente que atue no mercado de produção, de comercialização e de transporte das mercadorias referidas neste artigo e que dependa de autorização de órgão federal competente;



IV - o contribuinte estabelecido em outra unidade federada que exerça as atividades referidas neste artigo, na condição de substituto tributário.

§ 3º O contribuinte deverá requerer inscrição estadual específica em relação ao estabelecimento no qual:

I - exerça atividades administrativas, comerciais, negociais ou financeiras da empresa;

II - armazene as mercadorias referidas neste artigo, quando o estabelecimento depositante estiver sediado em outro local.

§ 4º Ato do Poder Executivo disporá a respeito dos documentos a serem exigidos para a concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no CAD/ICMS, em cada caso, para os estabelecimentos citados neste artigo, além dos mencionados na presente Lei.

SEÇÃO II

DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES

Art. 2º O pedido de inscrição do estabelecimento do contribuinte deverá atender às regras gerais dispostas na legislação tributária e ser instruído, no mínimo, com documentos que comprovem:

I - a habilitação legal do signatário para representar o contribuinte;

II - a regularidade da inscrição de cada estabelecimento do contribuinte no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, inclusive os situados em outra unidade federada, se for o caso;

III - a habilitação para o exercício da atividade ou o certificado de cadastramento de fornecedor de combustível para fins automotivos, expedidos pela ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, nos termos da legislação federal pertinente;

IV - a propriedade da base de armazenamento e de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível e outros combustíveis automotivos, a cessão ou o arrendamento de instalações de terceiros, devidamente homologados pela ANP, relativamente a cada uma das bases que serão utilizadas pelo contribuinte para o exercício de sua atividade em cada unidade federada;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

V - o envio à ANP das informações mensais sobre as movimentações de produtos, conforme disposto em Resolução da ANP, referentes aos três meses imediatamente anteriores ao do pedido;

VI - a comprovação da qualificação do profissional e da organização contábil responsáveis pela escrituração fiscal e contábil, acompanhada de comprovante da inscrição no Conselho Regional de Contabilidade.

§ 1º A incorporação ao capital social de reavaliações, lucros acumulados ou reservas de qualquer natureza, para os efeitos desta Lei, está condicionada à comprovação da sua existência e origem, efetuada mediante apresentação da escrituração contábil revestida das formalidades legais, dos livros e demonstrações contábeis e do registro, quando obrigado, das operações no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.

§ 2º Quando o capital social for integralizado com a utilização de bens, de títulos ou de créditos, deverão ser comprovados pelo integralizador a sua aquisição, a sua capacidade financeira, a origem dos recursos e o efetivo desembolso do valor de aquisição ao titular originário, na forma a ser definida em ato do Poder Executivo.

§ 3º Para efeitos do disposto na Lei nº 17.079, de 23 de janeiro de 2012, o contribuinte de que trata esta Lei deverá providenciar seu credenciamento para utilização de comunicação eletrônica, informando o seu endereço eletrônico no pedido de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 3º A critério da autoridade competente, que analisar o pedido, poderá:

I - o sócio, o diretor, o administrador ou o procurador, ser convocado para entrevista pessoal, em dia, local e horário designados, mediante prévia notificação, hipótese em que deverá comparecer munido dos originais de seus documentos pessoais;

II - ser realizada diligência para esclarecimento de qualquer fato ou circunstância decorrente da análise dos documentos apresentados;

III - ser exigida:

a) a apresentação e a juntada de outros documentos necessários à elucidação de qualquer dúvida evidenciada no processo;

b) excepcionalmente, a observância, no todo ou em parte, das disposições desta Lei para pedidos de inscrição de outros estabelecimentos do contribuinte, posteriores ao primeiro.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Parágrafo único. Será lavrado termo circunstanciado da entrevista ou de constatação em caso de não comparecimento da pessoa notificada.

Art. 4º Poderá a autoridade competente exigir, antes de deferir o pedido de inscrição, de alteração ou de renovação de inscrição, a prestação de garantia ao cumprimento das obrigações tributárias futuras, em razão:

I - da existência de débito fiscal definitivamente constituído em nome da empresa, de suas coligadas, de suas controladas ou de seus sócios;

II - do exercício das atividades econômicas de que trata esta Lei;

III - de qualquer outra hipótese prevista na legislação tributária.

§ 1º A garantia a que se refere este artigo será prestada mediante:

I - fiança bancária;

II - seguro garantia;

III - depósito administrativo.

§ 2º O valor da garantia ao cumprimento das obrigações tributárias futuras será determinado em razão das quantidades mensais de vendas totais estimadas com a aplicação da respectiva alíquota relativa às operações internas, projetadas para um período de 12 (doze) meses.

§ 3º A garantia deverá ser complementada:

I - quando, tendo sido prestada com fundamento na estimativa das operações, revelar-se insuficiente ou inferior ao valor calculado com base nas efetivas operações do estabelecimento;

II - sempre que os débitos fiscais do contribuinte neste Estado, constituídos ou declarados espontaneamente, ultrapassarem o valor da garantia constituída.

§ 4º Nas hipóteses previstas no § 3º, a garantia:

I - será calculada com base no volume médio mensal das operações realizadas pelo contribuinte nos últimos 12 (doze) meses;

II - será acrescida do montante dos débitos constituídos e dos débitos declarados espontaneamente pelo próprio contribuinte.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 5º A prestação da garantia também poderá ser exigida, a qualquer tempo, em razão da constatação superveniente da ocorrência de uma das hipóteses previstas nos incisos I a III do *caput* deste artigo.

Art. 5º Em substituição ou em complemento à prestação da garantia prevista no § 3º do art. 4º poderá o contribuinte, a critério da autoridade competente, ser submetido a regime especial para o cumprimento das obrigações tributárias, na forma a ser regulamentada por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. O regime especial de que trata este artigo poderá compreender:

- I - o bloqueio à emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e;
- II - a obrigatoriedade da emissão do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE em formulário de segurança;
- III - a exigência de pagamento do imposto a cada operação de saída;
- IV - a instalação de equipamentos e a adoção de medidas que visem assegurar o cumprimento das obrigações tributárias e proteger as relações de consumo.

SEÇÃO III DAS ALTERAÇÕES CADASTRAIS

Art. 6º Constatada a falta de comunicação de alteração de dados cadastrais, bem como outras hipóteses previstas na legislação tributária, sem prejuízo da aplicação de penalidades, o contribuinte poderá ser notificado a renovar a sua inscrição, ainda que se trate de alterações da composição societária ou do capital social.

SEÇÃO IV DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA INSCRIÇÃO

Art. 7º O contribuinte que exerça qualquer das atividades referidas no art. 1º, quando notificado pelo fisco, deverá solicitar, no prazo de trinta dias contados da data da notificação, a renovação da inscrição de cada um de seus estabelecimentos, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. Em qualquer caso, será dada publicidade da notificação referida neste artigo, por meio de edital no Diário Oficial Executivo ou no Diário Eletrônico da SEFA.



SEÇÃO V DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Art. 8º A competência para decidir sobre pedido de concessão de inscrição, de alteração de dados cadastrais, de reativação de inscrição cancelada ou de renovação da inscrição será do Diretor da Coordenação da Receita do Estado, podendo ser delegada.

Art. 9º Os pedidos de que trata o art. 8º serão indeferidos quando:

- I - não forem efetuados nos termos da legislação;
- II - não forem apresentados documentos exigidos pela autoridade competente;
- III - qualquer das pessoas físicas, regularmente notificada, não comparecer para a entrevista pessoal mencionada no inciso I do art. 3º;
- IV - as informações ou as declarações prestadas pela requerente se mostrarem falsas, incompletas, inverídicas, incorretas ou não puderem ser confirmadas pelo fisco;
- V - o contribuinte ou qualquer sócio, diretor, dirigente, administrador ou procurador, estiver impedido de exercer a atividade econômica em razão de decisão judicial ou da falta de atendimento de exigência imposta pela legislação tributária;
- VI - o requerente não comprovar:
 - a) a integralização do capital social e o efetivo aporte dos recursos na pessoa jurídica;
 - b) a origem dos lucros acumulados ou das reservas de qualquer natureza incorporados ao capital social, ou não demonstrar que tal integralização foi efetuada com observância dos princípios contábeis e da legislação pertinente;
 - c) que a integralização do capital social com bens, títulos ou créditos se realizou com observância do estabelecido no § 2º do art. 2º;
 - d) sua capacidade financeira, ou a de cada um de seus sócios pessoas físicas ou jurídicas, bem como dos sócios dessas últimas, e assim sucessivamente, até a comprovação da capacidade financeira de todos os respectivos sócios pessoas físicas;
 - e) que os requisitos de infraestrutura física obrigatórios estão adequadamente instalados no estabelecimento e cumprem as exigências da legislação aplicável;



VII - não forem apresentadas as garantias, quando exigidas;

VIII - os documentos apresentados pelo contribuinte forem falsos, incompletos, incorretos ou não satisfizerem as condições exigidas nesta Lei;

IX - existir débito, tributário ou não, de responsabilidade do contribuinte, inscrito ou não na Dívida Ativa da União, dos Estados ou dos Municípios, em valor total superior ao capital social efetivamente integralizado ou ao seu patrimônio líquido, se esse for inferior, não se considerando, para fins desta Lei, as integralizações de capital:

- a) realizadas com a incorporação de bens móveis ou imóveis alheios à atividade do contribuinte;
- b) com utilização de títulos ou de créditos que não representem o efetivo aporte de recursos na empresa;
- c) realizadas com inobservância ou em desacordo com as disposições previstas na legislação;

X - houver antecedentes que desabonem as pessoas físicas ou jurídicas interessadas na inscrição, na alteração de dados cadastrais ou na renovação da inscrição, assim como suas coligadas, suas controladas ou, ainda, qualquer um de seus sócios, diretores, dirigentes, administradores ou procuradores, conforme os exemplos descritos no § 3º deste artigo;

XI - ocorrer:

- a) identificação incorreta, falta ou recusa de identificação dos controladores ou beneficiários de pessoa jurídica domiciliada no exterior, que participe, direta ou indiretamente, do capital social da empresa requerente;
- b) falta de apresentação de livros, de documentos e de arquivos digitais a que estiver obrigado o contribuinte, bem como a falta de fornecimento ou o fornecimento de informações incorretas sobre mercadorias e serviços, bens, negócios ou atividades, próprias ou de terceiros, que tenham interesse comum em situação que dê origem à obrigação tributária;
- c) restrição ou negativa de acesso da autoridade competente ao estabelecimento ou qualquer de suas dependências, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde o contribuinte exerça sua atividade ou onde se encontrem mercadorias, bens, documentos ou arquivos digitais de sua posse ou propriedade, relacionados com situação que dê origem à obrigação tributária;



XII - for constatada a inatividade da empresa requerente;

XIII - for constatada a omissão ou a incorreção, não suprida, após notificação, relativamente a cada um dos estabelecimentos do requerente:

a) da Escrituração Fiscal Digital ou da Escrituração Contábil Digital, caso o requerente esteja a elas obrigado nos termos da legislação;

b) de "GIA/ICMS" - Guia de Informação e Apuração do ICMS;

c) das informações do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis - SCANC;

d) da adoção e regular emissão da NF-e ou de outros documentos;

e) da adoção e utilização de dispositivos de controle, inclusive eletrônicos, que visem monitorar ou registrar as atividades de produção, de armazenamento, de transporte e suas operações ou prestações, no interesse da fiscalização, nos termos da legislação tributária.

§ 1º Os pedidos referidos no art. 8º também serão indeferidos quando for constatada, por qualquer de seus estabelecimentos, inclusive os situados em outra unidade federada:

I - inadimplência fraudulenta;

II - simulação da realização de operação com combustíveis;

III - práticas sonegadoras lesivas ao equilíbrio concorrencial.

§ 2º Não impedem o deferimento do pedido os débitos:

I - cuja exigibilidade esteja suspensa;

II - declarados ou apurados pelo fisco, objeto de pedido de parcelamento celebrado que esteja sendo regularmente cumprido.

§ 3º São exemplos de antecedentes desabonadores, para fins do disposto no inciso X do *caput* deste artigo:



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I - a participação de pessoa ou de entidade, na condição de empresário, de sócio, de diretor, de dirigente, de administrador ou de procurador, em empresa ou negócio considerado em situação irregular perante o fisco;

II - a condenação por crime contra a fé pública ou a administração pública, como previsto no Código Penal:

a) de falsificação de papéis ou documentos públicos ou particulares, bem como de selo ou sinal público;

b) de uso de documento falso;

c) de falsa identidade;

d) de contrabando ou descaminho;

e) de facilitação de contrabando ou descaminho;

f) de resistência visando a impedir a ação fiscalizadora;

g) de corrupção ativa;

III - a condenação por crime de sonegação fiscal;

IV - a condenação por crimes contra a ordem tributária tipificados nos artigos 1º e 2º da Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990, exceto se comprovada a quitação dos débitos que deram causa à condenação;

V - a indicação em lista relativa à emissão de documentos inidôneos, ou em lista de pessoas inidôneas, elaborada por órgão federal, estadual ou municipal;

VI - a comprovação de insolvência;

VII - a pessoa física ou jurídica interessada na inscrição, na alteração de dados cadastrais ou na renovação da inscrição ter participado, na condição de empresário, de sócio, de diretor, de dirigente, de administrador ou de procurador, em empresa que teve a inscrição estadual cancelada, a menos de cinco anos, em decorrência da produção, de aquisição, de entrega, de recebimento, de exposição, de comercialização, de remessa, de transporte, de estocagem ou de depósito de mercadorias previstas no art. 1º, e que não atendam às especificações do órgão regulador competente, em qualquer unidade federada;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VIII - a pessoa física ou jurídica interessada na inscrição, na alteração de dados cadastrais ou na renovação da inscrição ter participado, na condição de empresário, de sócio, de diretor, de dirigente, de administrador ou de procurador, em empresa em que foi identificada a utilização de qualquer artifício capaz de produzir lesão aos interesses dos consumidores e do fisco, em qualquer unidade federada, em especial, nas seguintes situações:

- a) violação do mecanismo medidor de vazão para fornecer combustível em quantidade menor que a indicada no painel da bomba de combustível;
- b) existência de equipamentos ou mecanismos de comunicação de fluxo de combustíveis entre tanques ou bombas não levados ao conhecimento do órgão regulador competente;
- c) utilização de quaisquer equipamentos ou de mecanismos de uso não autorizado para armazenagem ou para abastecimento de combustíveis;
- d) utilização de programas aplicativos desenvolvidos para acionar equipamentos ou mecanismos com capacidade de alterar o fluxo de combustíveis entre tanques ou bombas de modo a propiciar, alternativamente, o fornecimento de combustível em desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente;
- e) violação, por qualquer meio, dos dispositivos ou do sistema de captura dos abastecimentos realizados pelos bicos das bombas de abastecimento ou de armazenagem e movimentação de combustíveis para modificar as informações das operações efetivamente realizadas;
- f) comercialização de combustíveis adulterados;

IX - a utilização de documentos fiscais ou de equipamento de uso fiscal de forma fraudulenta, inclusive de outro contribuinte ou estabelecimento.

SEÇÃO VI DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

Art. 10. Além das outras hipóteses previstas na legislação tributária, será cancelada a inscrição estadual de todos os estabelecimentos do contribuinte, inscritos no CAD/ICMS, que:

- I - notificado, não solicitar a renovação da inscrição;
- II - tiver seu pedido de renovação indeferido;

III - tiver seu pedido de alteração cadastral indeferido;

IV - deixar de apresentar garantias ou de complementá-las, quando exigidas;

V - incidir em alguma das situações previstas no art. 9º desta Lei, hipótese em que o cancelamento poderá ser efetuado *ex officio* pela autoridade competente, independentemente de pedido de concessão, de renovação ou de reativação da inscrição estadual ou de alteração de dados cadastrais, após oportunizado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 1º Quando a alteração cadastral se referir à mudança de endereço, à suspensão de atividades ou for relativa a outros dados específicos do estabelecimento, o cancelamento restringir-se-á ao estabelecimento requerente, na hipótese do inciso III do *caput*.

§ 2º Será ainda cancelada a inscrição nas hipóteses de:

I - cancelamento, revogação ou negativa da concessão de autorização necessária para o funcionamento ou operação, concedida por órgão federal, estadual ou municipal, dos estabelecimentos abrangidos pela respectiva autorização;

II - falta da apresentação dos documentos exigidos, no prazo estabelecido em ato do Poder Executivo;

III - falta de apresentação de informações, arquivos e documentos, que venham a causar prejuízo ao ingresso de receitas ou repasses de receitas por terceiros para a Fazenda Pública Estadual;

IV - apreensão de notas fiscais que estejam sendo utilizadas em local diverso do estabelecimento, sem autorização da CRE.

Art. 11. Sem prejuízo das disposições do art. 10, será cancelada a inscrição do estabelecimento que adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

Parágrafo único. A desconformidade de que trata este artigo deverá ser comprovada por meio de laudo elaborado pela ANP ou por entidade por ela credenciada ou com ela conveniada.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 12. O cancelamento da inscrição no CAD/ICMS inabilita o estabelecimento à prática de operações relativas ao ICMS e implicará:

I - cancelamento da inscrição no CAD/ICMS dos demais estabelecimentos da empresa que exerçam atividade prescrita no art. 1º;

II - quanto aos integrantes ou representantes legais do estabelecimento penalizado:

a) impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, ainda que como administradores;

b) proibição de concessão da inscrição no CAD/ICMS para nova empresa, no mesmo ramo de atividade.

§ 1º Para efeitos deste artigo, consideram-se também representantes legais da empresa o preposto ou mandatário, ainda que temporariamente ou a qualquer título, e os sócios pessoas físicas ou jurídicas, em comum ou separadamente.

§ 2º As restrições previstas neste artigo prevalecerão pelo prazo de cinco anos contados da data do cancelamento.

Art. 13. O cancelamento da inscrição implica adoção das seguintes providências:

I - publicação do ato de cancelamento no Diário Oficial Executivo, no qual deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes informações de todos os estabelecimentos do contribuinte abrangidos pela medida:

a) o nome empresarial do contribuinte;

b) os números de inscrição estadual e no CNPJ;

c) o endereço constante no CAD/ICMS;

d) a data a partir da qual o contribuinte é considerado como não inscrito no referido cadastro;

II - alteração, no CAD/ICMS, da situação cadastral para cancelada, com inserção do respectivo motivo do cancelamento da inscrição;

III - arrecadação de todos os livros e documentos fiscais relativos aos estabelecimentos cuja inscrição foi cancelada, ainda que não utilizados;

IV - lacração, conforme o caso, de:



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

- a) bombas de abastecimento;
- b) tanques de armazenamento;
- c) equipamentos ECF;

V - encaminhamento de representação ao Ministério Público, observada a disciplina pertinente, sempre que for constatada a prática de ações que possam configurar, em tese, crime contra a ordem tributária ou delito de outra natureza;

VI - encaminhamento de ofício à ANP, comunicando o cancelamento da inscrição no CAD/ICMS.

SEÇÃO VII DO RECURSO

Art. 14. Das decisões de que trata esta Lei caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, no prazo e na forma disciplinados em Ato do Poder Executivo.

SEÇÃO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. O disposto nesta Lei se aplica, no que couber, aos contribuintes relacionados no art. 1º já cadastrados no CAD/ICMS deste Estado.

Art. 16. O Poder Executivo divulgará por meio do Diário Oficial Executivo a relação dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta Lei, fazendo constar os respectivos CNPJ e endereço de funcionamento.

Art. 17. Fica revogada a Lei nº 14.701, de 25 de maio de 2005.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio do Governo, em 2 de abril de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 024 /2013.

Curitiba, 02 de abril de 2013.

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 05/04/2013

Presidente

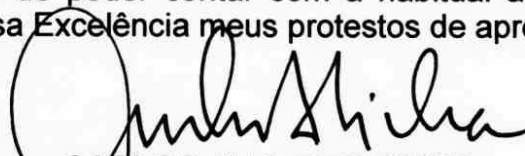
Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS de estabelecimento do setor de combustíveis.

O ora proposto Anteprojeto de Lei pretende conferir legitimidade ao Protocolo ICMS 48, de 2012, celebrado entre os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, a fim de uniformizar procedimentos com base na legislação paulista, que já vem adotando os critérios mencionados.

As medidas tomadas visam coibir práticas delituosas realizadas no setor de combustíveis, que têm causado grande prejuízo ao erário, além de suprir deficiências da legislação quanto ao cadastramento dos estabelecimentos e à fiscalização do referido setor.

Certo de poder contar com a habitual atenção dessa Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/prot.11.841.724-0.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 120/2013

Projeto de Lei nº 120/2012

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 024/2013

Súmula: Dispõe sobre a concessão, alteração, renovação, e o cancelamento de inscrição no cadastro de contribuinte do ICMS de estabelecimento do setor de combustível.

EMENTA: TRIBUTOS. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO, ALTERAÇÃO, RENOVAÇÃO, E O CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTE DO ICMS DE ESTABELECIMENTO DO SETOR DE COMBUSTÍVEL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24, 61. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 13, 53, 65. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

VISTA EM 16/04/2013

Pedro Lupion

Eltor Welter

CCJ

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a concessão, alteração, renovação, e o cancelamento de inscrição no cadastro de contribuinte do ICMS de estabelecimento do setor de combustível.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

A **Constituição Federal** determina especificamente a competência de cada ente federativo e, no caso em tela, observa-se que a competência do Estado é concorrente, conforme segue:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Ademais, quanto ao tema em análise cumpre ressaltar que é de competência da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), vide Decreto nº 2.838 de 15 de janeiro de 1997 que aprova o regulamento desta secretaria e assim preceitua:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:

III - o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual;

IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo;

Art. 8º - Ao Secretário de Estado da Fazenda compete:

XIV - expedir instruções referentes à matéria tributária; (grifos nossos)

Desse modo, nota-se que a respectiva Secretaria possui prerrogativas para realizar o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação; bem como, **expedir instruções referentes à matéria tributária.**

Ocorre que, por se tratar de competência da SEFA-PR, consequentemente, deve-se ressaltar a competência privativa do Governador do Estado; uma vez que a **Constituição Estadual** assim preceitua:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública. (grifos nossos)

No entanto, ainda é importante ressaltar os seguintes dispositivos da Constituição Federal:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Sendo assim, fica evidenciado que o projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo está perfeitamente de acordo com o ordenamento jurídico vigente; uma vez que é de competência do Poder Executivo.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS


PRÉSIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

 23.04.13 7



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 120/13

RELATÓRIO

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 024/13 que objetiva dispor sobre a concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS de estabelecimento do setor de combustíveis.

Preliminarmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a iniciativa objetiva coibir práticas delituosas realizadas no setor de combustíveis.

Constata-se, que a Constituição do Estado em seus arts. 65 e 66, ressaltam que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

De igual modo, a Constituição Federal em seu art. 24, assegura competência à União, aos Estados e ao Distrito Federal em legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

Oportuno observar, que a proposta objeto do presente Projeto de Lei, não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



CONCLUSÃO

Assim sendo, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

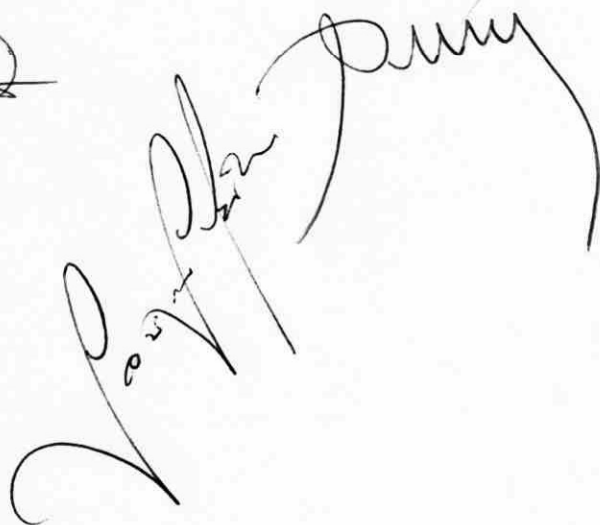
Sala das Comissões,

15/05/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR







Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa



PARECER AO PROJETO DE LEI N º 120/2013

Súmula: Dispõe sobre a concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS de estabelecimento do setor de combustíveis.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei n º 120/2013 dispõe sobre a concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS de estabelecimento do setor de combustíveis.

Em observação, ao art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à Indústria e Comércio.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto vem legitimar Protocolo ICMS 48 de 2012 celebrado entre Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, uniformizando procedimentos.

As medidas tomadas visam coibir práticas delituosas realizadas no setor de combustíveis, que têm causado grande prejuízo ao erário, além de suprir deficiências da legislação quanto ao cadastramento dos estabelecimentos e à fiscalização do referido setor.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa

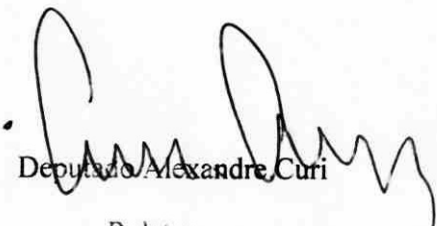


CONCLUSÃO


Diante do exposto, esta Comissão de Indústria e Comércio opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 120/2013.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2013.


Deputado André Bueno
Presidente


Deputado Alexandre Curi
Relator

74014


ANÍBAL NETO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 120/13

| | |
|-----------------------|----------------|
| Emenda de Plenário nº | 02 |
| | 29 MAIO 2013 |
| DAP | |
| Visto | <i>Claudio</i> |

O art. 11 do Projeto de Lei nº 120/13, de autoria do Poder Executivo, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Sem prejuízo às disposições do art. 10, será suspensa a eficácia da inscrição por seis meses no Cadastro de Contribuintes do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços – ICMS, do estabelecimento que adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

§ 1º Em caso de reincidência o estabelecimento comercial terá cassada a eficácia da inscrição no Cadastro de Contribuintes do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços – ICMS.

§ 2º A desconformidade a que se refere o art. 11 será apurada na forma estabelecida pela Secretaria de Estado da Fazenda e comprovada por meio de laudo elaborado pela Agência Nacional de Petróleo – ANP ou por entidade por ela credenciada ou com ela conveniada.”

Sala das Sessões, 29 de maio de 2013.

RASCA
RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual

Tercil

10:39 29/05/2013 004874 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 120/13

Projeto de Lei nº 120/13

Emenda apresentada em Plenário

Súmula: Altera a redação do Art. 11 do Projeto de Lei nº 120/13.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA.
POSSIBILIDADE. ART. 137, 138 E 141 DO
REGIMENTO INTERNO ALEP.
CONSTITUCIONAL. PARECER PELA
APROVAÇÃO DA EMENDA
MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a concessão, a alteração, a renovação e o cancelamento da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS de estabelecimento do setor de combustíveis.

VISTA EM 04 / 06 / 2013

Dep. Pedro Lupion

*cancelado
vista*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, na Sessão Plenária, em data de 29 de maio de 2013, o ora projeto recebeu Emenda Modificativa de Plenário. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Desta forma, verifica-se que a emenda ora em tela está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos legais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa apresentada em plenário.

Sala das Comissões, 04 de junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA

RELATOR


APROVADO

05.06.13 



~~ANTE~~PROJETO DE LEI 119/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar Cessão de Uso do imóvel que especifica, situado no Município e Comarca de Almirante Tamandaré, à Companhia de Saneamento do Paraná S.A. - SANEPAR.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de Uso à Companhia de Saneamento do Paraná S.A. - SANEPAR, de uma área de 2.606,55 m², parte do imóvel denominado terreno rural de área maior, situado na localidade de Campina/Cercado, Município e Comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade do Estado do Paraná, constante na Matrícula nº 9.156, do Cartório de Registro de Imóveis de Almirante Tamandaré.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para a construção e implantação da Faixa de Servidão de Passagem de Esgoto Sanitário, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º A presente cessão terá vigência de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 02 de abril de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 023 /2013

Curitiba, 02 de abril de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 08 ABR. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 04/03/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso, à Companhia de Saneamento do Paraná S.A. - SANEPAR, de uma área de 2.606,55 m², parte do imóvel denominado terreno rural de área maior, situado na localidade de Campina/Cercado, Município e Comarca de Almirante Tamandaré, de propriedade do Estado do Paraná, constante na Matrícula nº 9.156, do Cartório de Registro de Imóveis de Almirante Tamandaré.

A medida ora proposta consulta aos interesses públicos eis que aquela Companhia de Saneamento utilizará a referida área exclusivamente para a construção e implantação da Faixa de Servidão de Passagem de Esgoto Sanitário, beneficiando, conseqüentemente, a população daquela região.

Vale, também, mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que a cessão de uso terá vigência de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes, que o imóvel fica gravado com cláusula de inalienabilidade, e que retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa daquela prevista.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.11.346.495-0

14:27 08/04/2013 002749 DE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 119/2013

PROJETO DE LEI Nº 119/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº. 023/2013

RELATOR: PÉRICLES DE MELLO

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica, situado no Município e Comarca de Almirante Tamandaré, à Companhia de Saneamento do Paraná S.A. – SANEPAR..

EMENTA: CESSÃO DE IMÓVEL À SANEPAR. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ART. 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa efetuar cessão de uso do imóvel que especifica situado no Município e Comarca de Almirante Tamandaré, à Companhia de Saneamento do Paraná S.A. - SANEPAR.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



A medida proposta consulta aos interesses públicos eis que a Companhia de Saneamento utilizará a referida área exclusivamente para a construção e implantação da Faixa de Servidão de Passagem de Esgoto Sanitário, beneficiando, conseqüentemente, a população daquela região.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, **ao Governador**, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias **cabe** a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, **ao Governador do Estado**, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na **Constituição Estadual**, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.(grifou-se)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Ainda, o artigo 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, observe-se:

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública; (grifou-se)

A Lei Ordinária Federal 8.666/93, em seu artigo 17, determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art.17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

O jurista Hely Lopes Meirelles leciona que *"a cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade que dele tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente"*¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse à doação, haja vista a expressa autorização legal.

¹MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33, ed., p. 529.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude de sua constitucionalidade.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO
RELATOR

APROVADO

16.04.13 



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



12

PARECER

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE
sobre o projeto de Lei nº
119/2013, de autoria do Poder
Executivo que *AUTORIZA O PODER
EXECUTIVO A EFETUAR CESSÃO DE
USO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA,
SITUADO NO MUNICÍPIO E COMARCA
DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, À
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO
PARANÁ S/A - SANEPAR.*

Relator: Deputado PEDRO LUPION

I RELATÓRIO

O projeto de Lei (PL) nº 119/2013, de autoria do Poder Executivo objetiva efetuar a cessão do imóvel constante na Matrícula nº 9.156, do Cartório de Registro de Imóveis de Almirante Tamandaré à Companhia de Saneamento do Paraná S/A (SANEPAR).

-1-



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



13

De acordo com a justificativa apresentada, a proposição é de interesse público considerando que a mencionada companhia utilizará a referida área exclusivamente para a construção e implantação da Faixa de Servidão de Passagem de Esgoto Sanitário, beneficiando conseqüentemente a população local.

Destaca, ainda, que na legislação proposta constam dispositivos expressos no sentido de que a cessão de uso terá vigência de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes, considerando que o imóvel ficará gravado com cláusula de inalienabilidade.

Ademais, havendo destinação diversa daquela prevista o imóvel retornará automaticamente ao Estado.

O Projeto de Lei foi submetido a Comissão de Constituição e Justiça, tendo como relator o nobre Deputado Péricles de Melo, recebendo parecer favorável.

Na sequência fora encaminhado a esta comissão, conforme previsão regimental e a matéria versada no PL.

É O RELATÓRIO.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



14

II- ANÁLISE E VOTO

Conforme mencionado no relatório, a proposição busca a cessão de área, para se prestar de passagem de servidão à esgoto sanitário, à Companhia de Saneamento do Paraná S/A (SANEPAR), desta forma a matéria versada é de competência dessa comissão.

Desta forma, se remete ao artigo 33-K¹ do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o qual determina que esta Comissão é competente para analisar toda e qualquer proposição que venha alterar e/ou interferir no meio ambiente.

Pois bem,

Analisando atentamente a matéria versada não vislumbro, no projeto, nenhuma incompatibilidade entre o que ali se propõe e a legislação ambiental.

Assim, de um modo geral, balizo como positiva a matéria, considerando o interesse público, e no mesmo sentido deixo de apresentar qualquer emenda ou substitutivo ante a

¹ Art. 33-K Compete à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente manifestar-se sobre as proposições que interfiram ou alterem o meio ambiente, assim como aquelas que pretendam dispor sobre a conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



desnecessidade, bem como o texto coadunar perfeitamente a legislação pátria, podendo ser aprovada integralmente.


Ante o exposto, ative-me exclusivamente ao mérito, deixando as demais possibilidades e circunstâncias para a análise na Comissão competente.


É O VOTO.

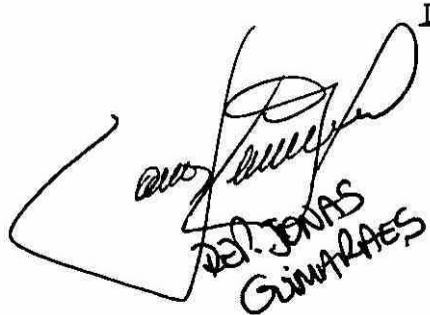
III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 119/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO.


Sala das Comissões, 27 de maio de 2013.


Deputado RASCA RODRIGUES
Presidente em exercício da CEMA


Deputado PEDRO LUPION
Relator


DEP. JONAS
GUIMARAES


DEP. EMILIO JR


DEP. ELTON WEIER



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercílio Turini; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 119/2013

Projeto de Lei nº 119/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 023/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica situado no município e comarca de Almirante Tamandaré, à Companhia de Saneamento do Paraná S.A. – Sanepar.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 119/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 023/2013, objetiva efetuar a cessão de uso de imóvel localizado no Município de Almirante Tamandaré, com área de 2.606,55 m², à Companhia de Saneamento do Paraná S.A. – Sanepar para uso exclusivo de melhorias na Rede Coletora de Esgotos da Região.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 119/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Almirante Tamandaré no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para a implantação da Faixa de Servidão de Passagem de Esgoto Sanitário no Município. A área acima descrita será utilizada especificamente pela Sanepar para melhorias no processo de despoluição ambiental em Almirante Tamandaré, ficando claro que este será um benefício notório e de atração ao fortalecimento regional, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer ação que já venha sendo executada.

Cumpra a nós destacar, que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercílio Turini; Deputado Teruo Kato.



gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 119/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 023/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado; a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná),

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 119/2013, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercílio Turini; Deputado Teruo Kato.



IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria do Deputado Péricles de Mello, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Almirante Tamandaré, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido Projeto de Lei 119/2013, em sua forma apresentada.


*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 04 de junho de 2013.*


FRANCISCO BUHRER


Presidente da Comissão

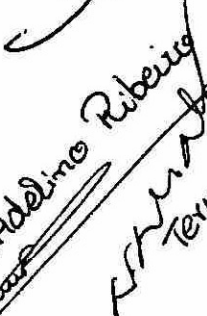

ELTON WELTER

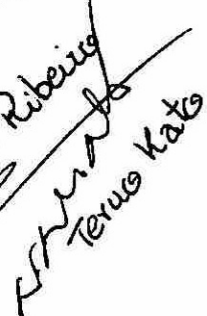
Relator


Jonas Guimarães


Tercílio Turini


Pastor Edson Praczyk


Adelino Ribeiro


Teruo Kato

PROJETO DE LEI Nº 204 / 2013

SÚMULA: Dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.


Art. 1º Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal efetivo e a remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná ficam reajustados em 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento), nos termos do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. O reajuste disposto no caput. também se aplica aos servidores inativos que não possuem paridade salarial com os servidores ativos.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei, relacionadas aos servidores ativos e inativos correrão por conta de dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do PARAPREVIDÊNCIA, quando couber.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2013.

CURITIBA, EM 21 DE MAIO DE 2013.

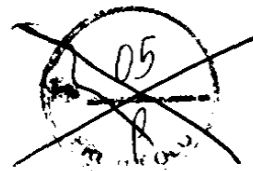

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Presidente

| VENCIMENTO COM CARGO EFETIVO COM 6,49% DE REAJUSTE | | | | | | | | | |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|
| Servidor Efetivo | | | | | | | | | R\$ 1,00 |
| Refer/nível | A | B | C | D | E | F | G | H | I |
| 01 | 2.446,30 | 2.868,32 | 3.363,15 | 3.943,31 | 4.623,51 | 5.420,86 | 6.355,79 | 7.348,99 | 9.211,93 |
| 02 | 2.481,96 | 2.910,09 | 3.412,13 | 4.000,75 | 4.690,85 | 5.499,86 | 6.434,79 | 7.501,49 | 9.403,08 |
| 03 | 2.518,11 | 2.952,49 | 3.461,85 | 4.059,06 | 4.759,20 | 5.580,02 | 6.514,89 | 7.657,16 | 9.598,21 |
| 04 | 2.554,79 | 2.995,50 | 3.512,27 | 4.118,18 | 4.828,57 | 5.661,29 | 6.596,17 | 7.816,07 | 9.797,40 |
| 05 | 2.592,01 | 3.039,16 | 3.563,47 | 4.178,21 | 4.898,87 | 5.743,75 | 6.678,67 | 7.978,26 | 10.000,71 |
| 06 | 2.629,79 | 3.083,46 | 3.615,37 | 4.239,11 | 4.970,25 | 5.827,43 | 6.762,37 | 8.143,83 | 10.208,25 |
| 07 | 2.668,11 | 3.128,39 | 3.668,06 | 4.300,88 | 5.042,66 | 5.912,30 | 6.847,33 | 8.312,84 | 10.420,09 |
| 08 | 2.707,00 | 3.174,02 | 3.721,55 | 4.363,56 | 5.116,13 | 5.998,48 | 6.933,47 | 8.485,34 | 10.636,32 |
| 09 | 2.746,49 | 3.220,29 | 3.775,83 | 4.427,16 | 5.190,67 | 6.085,88 | 7.020,81 | 8.661,43 | 10.857,06 |
| 10 | 2.786,48 | 3.267,21 | 3.830,81 | 4.491,64 | 5.266,29 | 6.174,52 | 7.109,46 | 8.841,16 | 11.082,35 |
| 11 | 2.827,09 | 3.314,80 | 3.886,63 | 4.557,13 | 5.343,02 | 6.264,51 | 7.199,44 | 9.024,62 | 11.312,34 |

| REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO - SIMBOLOGIA "DAS" E "C" REAJUSTADOS EM 6,49% | | | | | | | |
|--|------------------|----------------------------------|----------------------------|----------------------------|------------------------------|---------------------------------|----------------------------|
| Servidor Comissionado | | | | | | R\$ 1,00 | |
| SÍMBOLO | DENOMINAÇÃO | Encargos Especiais | VENCIMENTO BÁSICO | | Representação de Gabinete | Total com Encargos Especiais | |
| | | Servidor com e sem vínculo | Servidor com Vínculo | Servidor sem Vínculo | | Servidor com Vínculo | Servidor sem Vínculo |
| DAS-1 | - | 7.199,44 | 176,08 | 880,46 | 1.341,66 | 8.717,18 | 9.421,56 |
| DAS-2 | Diretor/Inspetor | 6.355,79 | 155,40 | 777,05 | 1.179,48 | 7.690,67 | 8.312,32 |
| DAS-2 | - | 6.264,51 | 155,40 | 777,05 | 1.179,48 | 7.599,39 | 8.221,04 |
| DAS-3 | Coordenador | 5.912,30 | 144,85 | 724,21 | 1.099,23 | 7.156,38 | 7.735,74 |
| DAS-3 | - | 5.827,43 | 144,85 | 724,21 | 1.099,23 | 7.071,51 | 7.650,87 |
| DAS-4 | - | 5.042,66 | 123,85 | 619,28 | 939,94 | 6.106,45 | 6.601,88 |
| DAS-5 | - | 4.623,51 | 113,28 | 566,40 | 859,66 | 5.596,45 | 6.049,57 |
| 1-C | - | 2.868,32 | 73,11 | 365,48 | 214,80 | 3.156,23 | 3.448,60 |
| 2-C | - | 2.868,32 | 67,51 | 337,57 | 198,38 | 3.134,21 | 3.404,27 |
| 3-C | - | 2.868,32 | 62,33 | 311,60 | 183,11 | 3.113,76 | 3.363,03 |



EXPOSIÇÃO/JUSTIFICATIVA



O presente anteprojeto de lei dispõe sobre reajuste a ser aplicado sobre o vencimento básico dos servidores ativos e inativos e sobre a remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Tem por objetivo assegurar o princípio da revisão geral anual aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dando efetividade ao disposto no Art. 37, X, da Constituição Federal e art. 27, X, da Constituição do Estado.

O índice ora pleiteado, de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) é fruto dos percentuais inflacionários calculados pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o período de maio/2012 a abril/2013, consoante tabela 1:

Tabela 1. Índice de Preços ao Consumidor Amplo – maio/2012 a abril/2013

| Competência | Índice Mês | Acumulado (%) |
|--------------|------------|---------------|
| Maio/12 | 0,36 | 0,36 |
| Junho/12 | 0,08 | 0,44 |
| Julho/12 | 0,43 | 0,87 |
| Agosto/12 | 0,41 | 1,29 |
| Setembro/12 | 0,57 | 1,86 |
| Outubro/12 | 0,59 | 2,46 |
| Novembro/12 | 0,60 | 3,08 |
| Dezembro/12 | 0,79 | 3,89 |
| Janeiro/13 | 0,86 | 4,79 |
| Fevereiro/13 | 0,60 | 5,42 |
| Março/13 | 0,47 | 5,91 |
| Abril/13 | 0,55 | 6,49 |
| Total | | 6,49% |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Impacto e Memorial de Cálculo

O impacto orçamentário e financeiro do Anteprojeto de Lei em comento, observadas as disposições legais, **será suportado integralmente pelo orçamento próprio** do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas disponibilidades financeiras, e importará, em acréscimo de:

- R\$ 580.000,00/mês (Quinhentos e Oitenta mil reais).
- R\$ 7.714.000,00/ano (Sete milhões setecentos e quatorze mil reais).

Na tabela 2 são apresentados o histórico da despesa total com pessoa desta Casa e a projeção de gastos no exercício de 2013, assim como nos dois exercícios subsequentes, em comparação ao limite de gasto total possível, segundo as disposições da LC 101/2000, que tem por base a Receita Corrente Líquida (RCL).

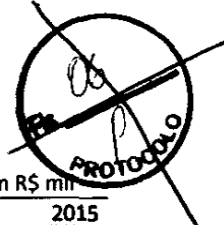


Tabela 2. Evolução da Despesa Total com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida - 2008 a 2015

Em R\$ mil

| Elemento | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|-------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Despesa Total | | | | | | | | |
| Pessoal | 125.564 | 136.924 | 148.741 | 178.019 | 189.915 | 233.850 | 254.220 | 269.864 |
| Receita Corrente | | | | | | | | |
| Líquida * | 14.482.742 | 14.482.742 | 16.956.101 | 19.713.389 | 21.587.788 | 23.746.567 | 26.121.223 | 28.733.346 |
| Limite (% da RCL) | 0,87 | 0,95 | 0,88 | 0,90 | 0,88 | 0,98 | 0,97 | 0,94 |

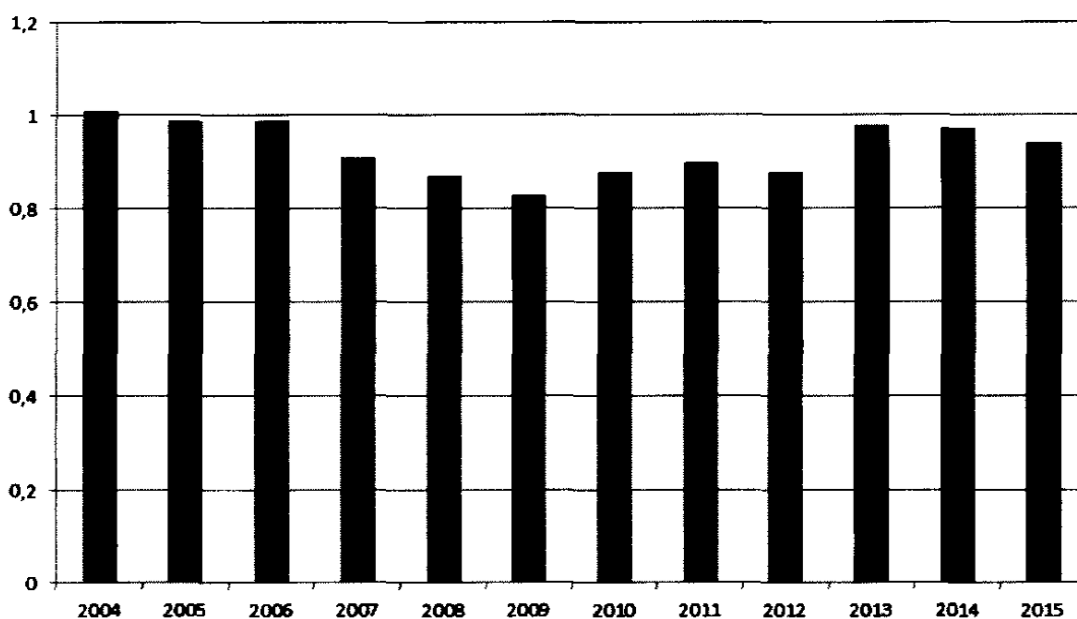
Notas: * Para 2013, o cálculo da despesa considerou o acréscimo a partir de junho.

** No cálculo da RCL entre 2013 e 2015 foi adotada variação de 10% ao ano, conforme histórico recente.



Observa-se que o percentual da despesa com pessoal em relação à RCL atinge o pico de crescimento em 2013 (0,98%), iniciando trajetória descendente nos exercícios subsequentes. É importante enfatizar que esse crescimento também ocorre por outros motivos, tais como criação de 22 novos cargos em comissão pela Lei 17.531/13 e a inclusão da contribuição patronal.

Gráfico 1. Limite de Despesa de Pessoal (% RCL)



Fonte: Elaboração própria

A Lei de Responsabilidade Fiscal fixa o limite máximo para as despesas de pessoal (inciso I, II e III, art. 20 da LRF) em 1,36% da RCL, tendo como limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF), 1,29%. Ambos são plenamente atendidos.

Segue abaixo o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 1º quadrimestre de 2013 – maio de 2012 a abril de 2013.

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (maio/2012 a abril/2013) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 217.263.748,92 | 2.863.152,40 |
| Pessoal Ativo | 150.185.750,11 | 683.152,40 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas* | 67.097.999,81 | 2.180.000,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 22.385.383,98 | 2.780.000,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 22.385.383,98 | 2.780.000,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 194.878.365,94 | 83.152,40 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b) | 194.961.518,34 | |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)** | 22.372.643.135,09 | |
| % do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100 | 0,87% | |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,36% | 304.267.946,64 | |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,29% | 288.607.096,44 | |

FONTE:

Relatórios SIAF/SEFA: Despesa de Pessoal: SIA-410 Valor Liquidado; Restos a Pagar: SIA-220;

** RCL: Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA/SEFANET, conforme Receita Corrente Líquida provisória obtida em 17/05/2012.

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

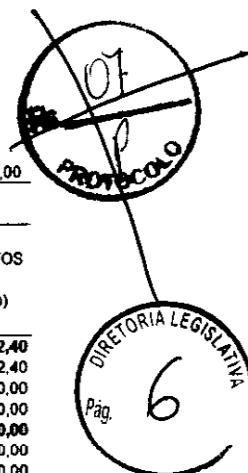
- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

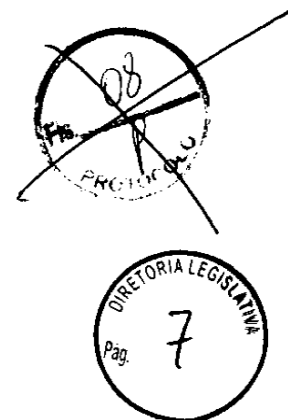
Nota 2: Os valores das despesas executadas inscritas em Restos a Pagar não-processados em dez/2012 se repetem no 1º e 2º quadrimestres conforme Portaria nº 637, de 18 de outubro de 2012 que aprovou a 5ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

Encontra-se anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.398/12, de 18/12/2012), e compatibilidade com o Plano Plurianual 2012 - 2015 (Lei Estadual nº 17.013/11, de 14/12/2011) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 17.219/12, de 09/07/2012).

ELIAS GANDOUR THOMÉ

Diretor



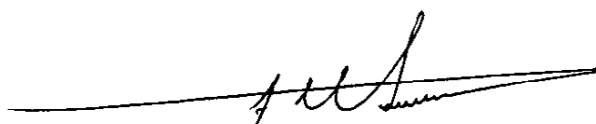


DECLARAÇÃO

Eu, Artagão de Mattos Leão, CPF: 001.731.269-87, Presidente do TCE/PR, eleito em sessão ordinária nº 44, de 13/12/2012, publicada no DETC nº 556, de 10/01/2013, na qualidade de ordenador de despesa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR declaro que o **aumento da despesa com pessoal decorrente da recomposição da inflação em comento** tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.398/12) e compatibilidade com o Plano Plurianual 2012-2015 (Lei Estadual nº 17.013/11) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 17.219/12), bem como preenche os requisitos exigidos na Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17.

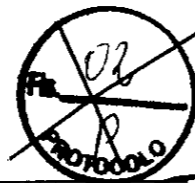
Declaro, ainda, que a referida despesa não excede o limite de gastos com pessoal previsto no artigo 20 da Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.

Curitiba, XX de maio de 2013.

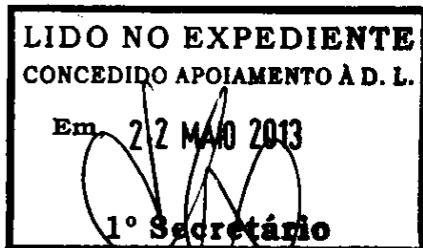

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
PRESIDENTE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Ofício nº 273/13/OIN-GP



Curitiba, 21 de maio de 2013

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 22/05/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a superior deliberação dessa Casa, o anexo Anteprojeto de Lei, que trata da recomposição salarial aplicada às tabelas de vencimento básico dos servidores ativos e inativos, titulares de cargo efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e da remuneração dos cargos em comissão, devidamente acompanhado da Exposição de Motivos.)

Certo do acolhimento da proposição que se reveste de transcendental importância para esta Corte, aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito.

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Presidente

Exmo. Senhor Deputado

VALDIR ROSSONI

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado Paraná

Centro Cívico

N/CAPITAL

14142 22/05/2013 004594 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei n. 204/2013, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que *DISPÕE SOBRE OS VALORES DOS VENCIMENTOS BÁSICOS DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DO QUADRO EFETIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, EM OBSERVÂNCIA AO ARTIGO 37, INCISO X, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.*

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei, autuado nesta Casa Legislativa sob o n. 204/2013 o qual prevê reajuste no vencimento básico dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo e a remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná em 6,49% (seis virgula quarenta e nove por cento).

Insta mencionar no presente a previsão do artigo 2º o qual menciona que “*As despesas decorrentes da execução desta Lei, relacionadas aos servidores ativos e*



inativos correrão por conta de dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do PARAPREVIDÊNCIA [sic], quando couber”

Uma vez proposto o PL, fora encaminhado a esta Comissão nos termos do Regimento Interno, cabendo a este Parlamentar a relatoria.

É O RELATÓRIO.

II - VOTO DO RELATOR

A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o importante papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal.¹

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação. Fala-se, destarte, unanimemente em “integridade do ordenamento jurídico” e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.

¹ Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: ‘O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade’. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO **PEDRO LUPION**



Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação da matéria sob exame, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I², do Regimento Interno.

Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal do presente projeto de Lei.³

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

³ Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO **PEDRO LUPION**



Como se trata de projeto cujo mérito trata-se de reajuste de remuneração de servidor pertencente ao quadro funcional do Tribunal de Contas, imperioso destacar disposição apresentada na Constituição Estadual, vejamos:

Art. 77. O Tribunal de Contas, integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 101 desta Constituição.

Possui a Corte de Contas Regimento Interno que normatiza as questões internas, que segue:

Art. 1º O Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, integrado por 7 (sete) Conselheiros e com sede na Capital do Estado e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, tem sua competência definida nas Constituições Federal e Estadual e em sua Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005.

Para gerir a sua administração interna, o Tribunal de Contas do Paraná possui Lei Orgânica própria criada pela Lei Complementar 113 de 15 de Dezembro de 2005.

Seguindo, temos no artigo 2º, inciso V, a competência do Tribunal de Contas em propor a Assembleia Legislativa a fixação dos respectivos vencimentos de seus funcionários, assim dispondo:

*Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente:
V – propor à Assembleia Legislativa a criação, a transformação ou a extinção de cargos e funções de seu Quadro de Pessoal e a fixação dos respectivos vencimentos;*

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO **PEDRO LUPION**



acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o Tribunal de Contas anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Contas detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Aferida a constitucionalidade do presente projeto de Lei, indispensável mencionar que se trata de medida a qual gerará aumento de despesas do Proponente, por isso a necessidade de apurar se tal elevação nas despesas estão de acordo com o corolário da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Ao que se refere a legalidade do projeto em relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00, não existem óbices, uma vez que estão apresentados Relatório de Impacto Financeiro, bem como Declaração do Ordenador de Despesas.

Em relação a redação do PL apresentado, observa-se que no artigo 2º, da proposição, constou o nome da instituição que administra o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná como “*PARAPREVIDÊNCIA*”.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO **PEDRO LUPION**



Com a exceção do vício material supramencionado, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

É O VOTO

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei N. 204/2013, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, na forma da EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA ora apresentada, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2013.

[Handwritten signatures and stamps]

Deputado **NELSON JUSTUS**
Presidente

Deputado **PEDRO LUPION**
Relator

APROVADO
28/05/13

Página 7 de 10

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury | Edifício Tancredo Neves | Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806
Centro Cívico, Curitiba, Paraná | Fone (fax): [41] 3350 4006 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@gmail.com

[Additional handwritten signatures: Dep. Tasso, Dep. Prof. Humberto, Dep. Hermano Brandão, Dep. Scomarica, Dep. Maiano, Dep. Teófilo Turini, Dep. Pastor Edison, Dep. Nivaldo Moura]



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO **PEDRO LUPION**



EMENDA

MODIFICATIVA CORRETIVA

Ao Projeto

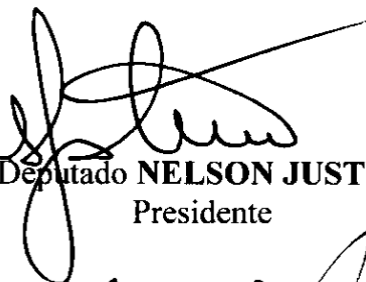
de LEI

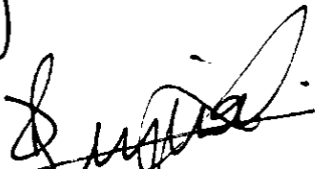
Nº 204/2013

Com fulcro no que autoriza 137, §4º combinado com o §7, inciso III todos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com o objetivo de aprimorar o presente projeto de lei, fica alterada a redação do artigo 2º do Projeto de Lei em epígrafe, que passa a contar com o seguinte teor:

'Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei, relacionadas aos servidores ativos e inativos correrão por conta de dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do PARANÁPREVIDÊNCIA, quando couber'.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2013.


Deputado **NELSON JUSTUS**
Presidente


Deputado **PEDRO LUPION**
Relator



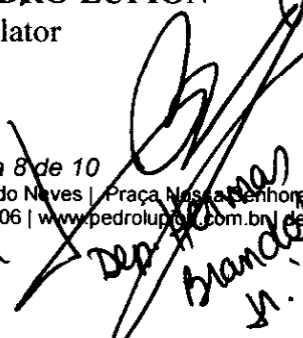
APROVADO

28/05/13

Página 8 de 10

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury | Edifício Tancredo Neves | Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806,
Centro Cívico, Curitiba, Paraná | Fone (fax): [41] 3350 4006 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@gmail.com


Dep. Nelson Mauro


Dep. Brando
n.



JUSTIFICATIVA

Conforme mencionado no incluso relatório, em relação a redação do PL apresentado, observa-se que no artigo 2º, da proposição, constou o nome da instituição que administra o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná como “*PARAPREVIDÊNCIA*”.

Conforme se verifica na Lei nº 12.398/98 que transformou o então Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná em serviço social autônomo alterou a denominação da instituição para “*PARANÁPREVIDÊNCIA*”. Fato este verificado tanto na súmula como no artigo 2º da mencionada legislação, senão vejamos:

*“Cria o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, transforma o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE em serviço social autônomo, denominado **PARANAPREVIDÊNCIA** e adota outras providências.”* (grifo meu)

E,

*“Art. 2º. O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, autarquia criada pela Lei Estadual nº. 4.339, de 28 de fevereiro de 1961, é transformado em instituição, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, natureza de serviço social autônomo paradministrativo, com a denominação de **PARANAPREVIDÊNCIA**.”* (grifo meu)

Desta forma, o PL apresentado necessita ser emendado nos termos do artigo 137, §4º combinado com o §7, inciso III todos do Regimento Interno da Assembleia



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO **PEDRO LUPION**



Legislativa do Estado do Paraná, tão somente para corrigir a expressão, a qual constou o nome da instituição com nome diverso do que o adotado.⁵

⁵ Em relação a legislação mencionada no parágrafo: "Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas. [...]§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência. [...]§ 7º As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas: [...]III - emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação."



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 204/13

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Contas – Ofício nº 273/2013/OIN-GP, que dispõe que os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal Efetivo e a remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam reajustas em 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento), com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2013.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator, Senhor Deputado Pedro Lupion exarou o devido parecer favorável, com emenda modificativa corretiva, visando tão somente a correção da expressão “PARAPREVIDÊNCIA”, para “PARANAPREVIDÊNCIA”.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a Constituição Estadual em seu art. 77, assegura a competência ao Tribunal de Contas para propor matérias desta natureza.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro, a que se refere a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei, serão suportadas pelo orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas disponibilidades financeiras e do PARANAPREVIDÊNCIA, quando couber, e importará em um acréscimo de R\$580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais) por mês, e R\$7.714.000,00 (sete milhões setecentos e quatorze mil reais) por ano.

De igual modo, é salutar observar que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Contas, Senhor Artagão de Mattos Leão, informando que a mesma apresenta adequação



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual Lei nº 17.398/12, e compatibilidade com o Plano Plurianual 2012-2015, (Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 17.219/12, bem como preenche os requisitos exigidos na Lei Complementar Federal nº 101/00, especialmente quanto às normas contidas nos arts. 16 e 17.

Sendo assim, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões,

11/06/13

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR

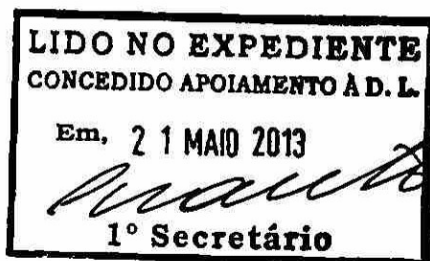
DEP. ENIO VERRA

DEP. FRANCISCO ANTÔNIO

DEP. PASTOR ELSON
PRACZYK



VETO PARCIAL Nº 13/2013

PARANÁGOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, _____

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 056/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 026/2013, por considerar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 026/2013, de autoria deste Poder Executivo, proposto através da Mensagem Governamental nº 003/2013, objetiva alterar a Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, modificada pela Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar – PETE, tendo o veto parcial incidido sobre as disposições do artigo 10.

O citado artigo foi introduzido no projeto por intermédio de Emenda Aditiva dessa Assembleia Legislativa, cujos os termos são os seguintes:

"Art. 10. A resolução de que trata o artigo anterior deverá passar pela análise e anuência do Comitê Estadual de Transporte Escolar, o qual passa a ter caráter deliberativo."

O "artigo anterior", mencionado no ora vetado artigo 10, tem a seguinte redação:

"Art. 9º Os critérios, as formas de transferência, a execução, o acompanhamento e a prestação de contas dos recursos financeiros serão disciplinados por resolução específica da Secretaria de Estado da Educação - SEED."

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 11.712.389-8.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

O não acolhimento ao referido artigo 10 se justifica em razão da inconveniência de submeter um ato administrativo normativo (Resolução), a ser expedido pela Secretaria de Educação, ao juízo do Comitê Estadual de Transporte Escolar.

Ainda que a lei possa atribuir caráter deliberativo ao Conselho Estadual de Transporte Escolar, a necessidade de prévia análise e anuência do Conselho para a edição de Resolução pela Secretaria de Estado da Educação pode tolher a autonomia administrativa da SEED, acarretando a contrariedade ao interesse público.

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

FLÁVIO ARNS

Governador do Estado, em exercício

| | |
|-------------------------------|-------------------|
| Publicada no Diário Oficial | |
| Nº 8958 | de 15/05/13 |
| Republicada no Diário Oficial | |
| Nº _____ | de ____/____/____ |



Lei nº. 17568



Data 15 de maio de 2013.

Súmula Altera a Lei nº 11.721/97, modificada pela Lei nº 14.584/04, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Para execução do Programa de que trata o art. 1º da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, o art. 2º da referida Lei, alterado pelo art. 1º da Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º A quota do transporte escolar será automaticamente repassada aos municípios, em conta específica aberta para esse fim, no valor *per capita* calculado conforme os critérios definidos em Resolução específica expedida pela Secretaria de Estado."

§ 1º Os recursos de que trata o *caput* deste artigo serão transferidos diretamente aos municípios, pela Secretaria de Estado da Educação, até o último dia útil de cada mês, no período de fevereiro a novembro do ano em curso.

§ 2º O repasse dos recursos do Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE destina-se ao pagamento de despesas de custeio de transporte escolar, executado de forma direta ou terceirizada.

§ 3º Caberá ao município a execução do recurso transferido e o planejamento da oferta do transporte dos alunos, de acordo com a realidade municipal e as necessidades do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

"Art. 3º Caberá ao Comitê Estadual do Transporte Escolar, instituído pelo Decreto nº 2.038, de 20 de julho de 2011, acompanhar, desenvolver e normatizar a execução do transporte escolar no âmbito do Sistema Estadual de Educação Básica.

Parágrafo único. Para acompanhamento das condições de oferta do transporte escolar, ficam os municípios obrigados a cadastrarem as informações que lhes são pertinentes no Sistema de Gestão do Transporte Escolar - SIGET."

Art. 3º O art. 4º da Lei nº 11.721/97, alterado pelo art. 2º da Lei nº 14.584/04, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 4º Caberá ao município constituir o Comitê Municipal do Transporte Escolar, conforme dispõe o art. 24, § 1º, IV da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a gestão dos recursos e a qualidade do serviço do transporte escolar ofertado."

Art. 4º O art. 5º da Lei nº 11.721/97, alterado pelo art. 3º da Lei nº 14.584/04, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 5º As receitas e despesas realizadas com o Transporte Escolar serão incluídas nos relatórios e balanços dos Municípios, obedecendo à legislação nacional, bem como as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado."

Art. 5º O art. 6º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

"Art. 6º Os recursos repassados dispensam convênio, acordo ou ajuste, devendo o município aplicá-los integralmente na finalidade prevista, mantendo os documentos comprobatórios devidamente arquivados no prazo previsto, nos termos da Lei Federal nº 10.880, de 09 de junho de 2004, art. 6º, § 4º, para serem avaliados pelos órgãos de controle interno e de controle externo dos Poderes Executivo e Legislativo."

Art. 6º O art. 7º da Lei nº 11.721/97, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 7º O Tribunal de Contas do Estado fiscalizará a aplicação dos recursos repassados aos Municípios, na forma da legislação em vigor."

Art. 7º O art. 8º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

"Art. 8º A utilização indevida dos recursos do Transporte Escolar, bem como a não observância da integralidade dos dispositivos contidos nesta Lei, implicarão na suspensão dos repasses, sem prejuízo das demais cominações legais."

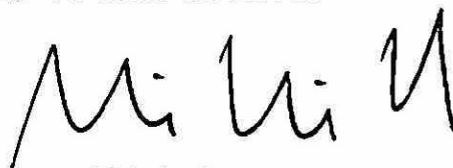
Art. 8º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Estado da Educação para dar atendimento às atividades do Programa.

Art. 9º Os critérios, as formas de transferência, a execução, o acompanhamento e a prestação de contas dos recursos financeiros serão disciplinados por resolução específica da Secretaria de Estado da Educação - SEED.

Art.10. ...Vetado...

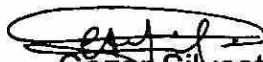
Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de maio de 2013.



Flávio Arns
Governador do Estado, em exercício

Jorge Eduardo Wekerlin
Secretário de Estado da Educação, em exercício



César Silvestri
Secretário de Estado de Governo

| | |
|-------------------------------|-------------------|
| Publicada no Diário Oficial | |
| Nº 8358 | de 15.05.13 |
| Republicada no Diário Oficial | |
| Nº _____ | de ____/____/____ |

Poder Executivo

Lei nº 17.565

Data 15 de maio de 2013.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Maringá.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Maringá, da Data nº 1, Quadra 21, Zona 7, com área de 6.000,00 m², Transcrição nº 7.475, registrada no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Maringá.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para o serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º O município terá o prazo de 02 (dois) anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de maio de 2013.

Flávio Arns
Governador do Estado, em exercício

Dinorah Botto Portugal Nogara
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Lei nº 17.566

Data 15 de maio de 2013.

Súmula: Declara de Utilidade Pública o Instituto UNIFAMMA, com sede e foro no Município de Maringá.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto UNIFAMMA, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de maio de 2013.

Flávio Arns
Governador do Estado, em exercício

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Cesar Silvestri Filho
Deputado Estadual

Lei nº 17.567

Data 15 de maio de 2013.

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Organização Missão Restaurar, com sede e foro do Município de Rolândia.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Organização Missão Restaurar, com sede e foro no Município de Rolândia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de maio de 2013.

Flávio Arns
Governador do Estado, em exercício

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

43284/2013

Lei nº 17.568

Data 15 de maio de 2013.

Súmula: Altera a Lei nº 11.721/97, modificada pela Lei nº 14.584/04, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte

Escolar - PETE.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Para execução do Programa de que trata o art. 1º da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, o art. 2º da referida Lei, alterado pelo art. 1º da Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º A quota do transporte escolar será automaticamente repassada aos municípios, em conta específica aberta para esse fim, no valor per capita calculado conforme os critérios definidos em Resolução específica expedida pela Secretaria de Estado."

§ 1º Os recursos de que trata o caput deste artigo serão transferidos diretamente aos municípios, pela Secretaria de Estado da Educação, até o último dia útil de cada mês, no período de fevereiro a novembro do ano em curso.

§ 2º O repasse dos recursos do Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE destina-se ao pagamento de despesas de custeio de transporte escolar, executado de forma direta ou terceirizada.

§ 3º Caberá ao município a execução do recurso transferido e o planejamento da oferta do transporte dos alunos, de acordo com a realidade municipal e as necessidades do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

"Art. 3º Caberá ao Comitê Estadual do Transporte Escolar, instituído pelo Decreto nº 2.038, de 20 de julho de 2011, acompanhar, desenvolver e normatizar a execução do transporte escolar no âmbito do Sistema Estadual de Educação Básica.

Parágrafo único. Para acompanhamento das condições de oferta do transporte escolar, ficam os municípios obrigados a cadastrarem as informações que lhes são pertinentes no Sistema de Gestão do Transporte Escolar - SIGET."

Art. 3º O art. 4º da Lei nº 11.721/97, alterado pelo art. 2º da Lei nº 14.584/04, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 4º Caberá ao município constituir o Comitê Municipal do Transporte Escolar, conforme dispõe o art. 24, § 1º, IV da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a gestão dos recursos e a qualidade do serviço do transporte escolar ofertado."

Art. 4º O art. 5º da Lei nº 11.721/97, alterado pelo art. 3º da Lei nº 14.584/04, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 5º As receitas e despesas realizadas com o Transporte Escolar serão incluídas nos relatórios e balanços dos Municípios, obedecendo à legislação nacional, bem como as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado."

Art. 5º O art. 6º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

"Art. 6º Os recursos repassados dispensam convênio, acordo ou ajuste, devendo o município aplicá-los integralmente na finalidade prevista, mantendo os documentos comprobatórios devidamente arquivados no prazo previsto, nos termos da Lei Federal nº 10.880, de 09 de junho de 2004, art. 6º, § 4º, para serem avaliados pelos órgãos de controle interno e de controle externo dos Poderes Executivo e Legislativo."

Art. 6º O art. 7º da Lei nº 11.721/97, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 7º O Tribunal de Contas do Estado fiscalizará a aplicação dos recursos repassados aos Municípios, na forma da legislação em vigor."

Art. 7º O art. 8º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

"Art. 8º A utilização indevida dos recursos do Transporte Escolar, bem como a não observância da integralidade dos dispositivos contidos nesta Lei, implicarão na suspensão dos repasses, sem prejuízo das demais cominações legais."

Art. 8º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Estado da Educação para dar atendimento às atividades do Programa.

Art. 9º Os critérios, as formas de transferência, a execução, o acompanhamento e a prestação de contas dos recursos financeiros serão disciplinados por resolução específica da Secretaria de Estado da Educação - SEED.

Art. 10. ... Vetado...

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de maio de 2013.

Flávio Arns
Governador do Estado, em exercício

Jorge Eduardo Wekerlin
Secretário de Estado da Educação, em exercício

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

AJB/Prot 11.712.389-8

OF/CTL/CC nº 120/2013. Curitiba, 15 de maio de 2013.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 056/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 26/13 (Autoria do Poder Executivo)



Altera a Lei nº 11.721/97, modificada pela Lei nº 14.584/04, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Para execução do Programa de que trata o art. 1º da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, o art. 2º da referida Lei, alterado pelo art. 1º da Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º A quota do transporte escolar será automaticamente repassada aos municípios, em conta específica aberta para esse fim, no valor *per capita* calculado conforme os critérios definidos em Resolução específica expedida pela Secretaria de Estado.”

§ 1º Os recursos de que trata o *caput* deste artigo serão transferidos diretamente aos municípios, pela Secretaria de Estado da Educação, até o último dia útil de cada mês, no período de fevereiro a novembro do ano em curso.

§ 2º O repasse dos recursos do Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE destina-se ao pagamento de despesas de custeio de transporte escolar, executado de forma direta ou terceirizada.

§ 3º Caberá ao município a execução do recurso transferido e o planejamento da oferta do transporte dos alunos, de acordo com a realidade municipal e as necessidades do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

“Art. 3º Caberá ao Comitê Estadual do Transporte Escolar, instituído pelo Decreto nº 2.038, de 20 de julho de 2011, acompanhar, desenvolver e normatizar a execução do transporte escolar no âmbito do Sistema Estadual de Educação Básica.

Parágrafo único. Para acompanhamento das condições de oferta do transporte escolar, ficam os municípios obrigados a cadastrarem as informações que lhes são pertinentes no Sistema de Gestão do Transporte Escolar - SIGET.”

Art. 3º O art. 4º da Lei nº 11.721/97, alterado pelo art. 2º da Lei nº 14.584/04, passará a ter a seguinte redação:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 26/13

fls.2.

“Art. 4º Caberá ao município constituir o Comitê Municipal do Transporte Escolar, conforme dispõe o art. 24, § 1º, IV da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a gestão dos recursos e a qualidade do serviço do transporte escolar ofertado.”

Art. 4º O art. 5º da Lei nº 11.721/97, alterado pelo art. 3º da Lei nº 14.584/04, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 5º As receitas e despesas realizadas com o Transporte Escolar serão incluídas nos relatórios e balanços dos Municípios, obedecendo à legislação nacional, bem como as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado.”

Art. 5º O art. 6º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

“Art. 6º Os recursos repassados dispensam convênio, acordo ou ajuste, devendo o município aplicá-los integralmente na finalidade prevista, mantendo os documentos comprobatórios devidamente arquivados no prazo previsto, nos termos da Lei Federal nº 10.880, de 09 de junho de 2004, art. 6º, § 4º, para serem avaliados pelos órgãos de controle interno e de controle externo dos Poderes Executivo e Legislativo.”

Art. 6º O art. 7º da Lei nº 11.721/97, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 7º O Tribunal de Contas do Estado fiscalizará a aplicação dos recursos repassados aos Municípios, na forma da legislação em vigor.”

Art. 7º O art. 8º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

“Art. 8º A utilização indevida dos recursos do Transporte Escolar, bem como a não observância da integralidade dos dispositivos contidos nesta Lei, implicarão na suspensão dos repasses, sem prejuízo das demais cominações legais.”

Art. 8º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Estado da Educação para dar atendimento às atividades do Programa.

Art. 9º Os critérios, as formas de transferência, a execução, o acompanhamento e a prestação de contas dos recursos financeiros serão disciplinados por resolução específica da Secretaria de Estado da Educação - SEED.

Art.10. A resolução de que trata o artigo anterior deverá passar pela análise e anuência do Comitê Estadual de Transporte Escolar, o qual passa a ter caráter deliberativo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 26/13

fls.3.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 23 de abril de 2013.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 26/13

fls.4.



JUSTIFICATIVA

Com a aprovação da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, o Governo do Estado do Paraná instituiu o Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados e o acesso à educação dos alunos da rede pública de ensino.

Essa Lei estabeleceu o modo de transferência e a forma de definição dos valores a serem transferidos, bem como assegurou a possibilidade dos municípios celebrarem termo de convênio com o Estado, ajustando a realização do transporte escolar e o repasse de recursos para suprir as despesas decorrentes dessa atividade.

Por meio da Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, a Lei de 1997 sofreu sua primeira alteração, com modificação na forma de transferência dos recursos e os mecanismos de controle social.

Desde 2004 muitos avanços foram obtidos na execução do PETE. Foram ampliados principalmente os mecanismos de controle social de transferência de recursos, da prestação de contas e, o mais importante, de acompanhamento da qualidade da oferta do transporte escolar em todo o Estado, e ainda:

- a criação do Comitê Estadual do Transporte Escolar, pelo Decreto Estadual nº 2.038, de 20 de julho de 2011, com a função de acompanhar, desenvolver e normatizar a execução do transporte escolar no âmbito do Sistema Estadual de Educação Básica;

- a instituição, em 2011, dos Comitês Municipais do Transporte Escolar, em que representantes das escolas estaduais, da Secretaria Municipal de Educação e de pais e professores acompanham e fiscalizam, em nível local, a prestação dos serviços de transporte em seus vários aspectos;

- a implantação do Sistema de Gestão do Transporte Escolar - SIGET, recurso instrumental, disponível pela *internet* de modo gratuito e aberto para uso institucional, destinado a integrar todos os recursos metodológicos, dados e produtos informativos construídos pelo Governo do Estado e municípios.

É importante mencionar que o SIGET permitiu a transferência de recursos de modo equânime e mais próximo à realidade, por consolidar todos os dados necessários para o conhecimento do custo do transporte escolar de cada município. Em 2012, os recursos do PETE foram transferidos tendo por base o custo/aluno/quilômetro. Há que se ressaltar o significado dessa medida, demanda histórica dos municípios paranaenses, atualmente possível de ser realizada por meio da instituição do SIGET.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



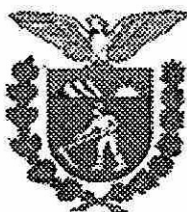
Projeto de Lei nº 26/13

fls.5.

Entende-se que esses são avanços significativos para a melhoria da oferta do transporte escolar no Paraná e que não podem sofrer solução de continuidade. Por essa razão é que se apresenta o presente Projeto de Lei, objetivando alterar a Lei nº 11.721/97. Mesmo com as alterações realizadas em 2004, a Lei está aquém da realidade e arranjo institucional em vigor. Os instrumentos constituídos necessitam ser regulamentados, para que não se interrompa esse processo evolutivo para maior qualidade dos serviços prestados.

Ademais, há que se reconhecer que a realidade é dinâmica e que os instrumentos legais, jurídicos administrativos e outros são produtos e expressões de sua época. Nessa condição, eles se mantêm livres de ajustes e alterações na proporção em que permanecem compatíveis com a história. No caso do PETE, a Lei que o instituiu apresenta anacronismos que precisam ser corrigidos.

Vale mencionar que a alteração proposta neste Projeto de Lei não implica em alteração no volume de recursos advindos do Tesouro do Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 13/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 13/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 026/2013, de autoria do Poder Executivo, que altera a lei nº 11.721/1997, modificada pela lei nº 14.584/2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o programa Estadual de transporte escolar aos alunos da rede pública de ensino do Estado.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 026/2013, de autoria do Poder Executivo, que altera a lei nº 11.721/1997, modificada pela lei nº 14.584/2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o programa Estadual de Transporte escolar aos alunos da rede pública de ensino do Estado, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

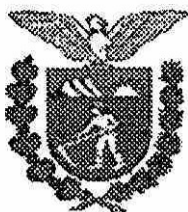
da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 026/2013 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo na data de **30 de Abril de 2013**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 13/2013, foi exarada em data de **15 de maio de 2013**, sendo desta maneira tempestivo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

APROVADO

28/05/2013